

[illegible]



Nº DO PROCESSO	0019123/2024	DATA DE ENTRADA	06/08/2024 08:24:57
SETOR DO USUÁRIO	COMISSÃO DE LICITAÇÃO		
ASSUNTO	LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL		
COMPLEMENTO	IMPUGNAÇÃO AO PE 15/2024 - RECEBIDA EM 05/08/2024 PORÉM NÃO FOI POSSÍVEL O CADASTRAMENTO		

REQUERENTE	
MEGATELECOM TELECOMUNICAÇÕES S/A	
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

[illegible]

06/08/2024 08:24:57

IMPUGNAÇÃO AO PE 15/2024 - RECEBIDA EM 05/08/2024 PORÉM NÃO FOI POSSÍVEL O CADASTRAMENTO



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARICÁ – RIO DE JANEIRO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22063/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024

**MEGATELECOM TELECOMUNICAÇÕES S/A**, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Ipanema, 165 18º andar, bairro Alphaville - CEP 06472-002, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.170.027/0001-10, por seu procurador que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença desta Ilustríssima Autoridade Administrativa, Senhor Pregoeiro, amparada pelo disposto no Edital e subsidiariamente nas disposições legais contidas na Lei nº 14.133/21, **IMPUGNAR** os termos do edital acima mencionado, nas razões que seguem anexas para vosso conhecimento.

**1. TEMPESTIVIDADE:**

Ab initio, mister destacarmos que a presente impugnação é totalmente tempestiva, porquanto, apresentada dentro do lapso temporal adequado, conforme disposto no EDITAL, vez que a sessão será realizada em **08/08/2024**, podendo as manifestações serem apresentadas até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, ou seja, **05/08/2024**. Por conseguinte, resta patente a tempestividade da presente impugnação.

**2. SÍNTESE DOS FATOS:**

A Prefeitura Municipal de Maricá – PMM, publicou edital licitatório do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL”, na forma de Pregão Eletrônico, que tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de Serviços de Computação em Nuvem, de modelo híbrida (privada e pública), incluindo Hardware e software, com serviços de: concepção, projeto, provisionamento, configuração, manutenção, treinamento, administração, gerenciamento, monitoramento, backup, migração, suporte técnico especializado do ambiente em regime 24x7 e autosserviço sob demanda, que atenda de forma ampla às demandas da contratante.

Contudo, a impugnante ao analisar atentamente o edital de licitação, para avaliar os critérios de participação, deparou-se com requisitos que dificultam a sua participação no certame, sendo assim, é preciso revisar o edital, tornando-o mais imparcial e equilibrado para todos os envolvidos, incluindo a observação do princípio da concorrência ampla nas licitações.

Saliente-se que o objetivo da Administração Pública ao iniciar um processo licitatório é exatamente obter proposta mais vantajosa para contratação de bem ou serviço que lhe seja necessário, observados os termos da legislação aplicável, inclusive quanto à promoção da máxima competitividade possível entre os interessados.

Entretanto, com a manutenção das referidas exigências, a competitividade pretendida e a melhor contratação almejada, poderão restar comprometidas, o que não se espera, motivo pelo qual a Megatelecom impugna os termos do Edital e seus anexos, o que o faz por meio da presente manifestação.

### 3. DO EFEITO SUSPENSIVO:

Conforme o previsto no referido edital, a impugnação possui efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Como será demonstrado na presente, o efeito pretendido é primordial para análise da impugnação sem que haja prejuízos na realização do processo licitatório com o fim de evitar anulação da sessão do certame.

Deste modo, se o efeito suspensivo não for concedido, não haverá tempo suficiente para analisar a impugnação atual, o que poderá comprometer todo o andamento do procedimento, ainda mais pelas razões aqui expostas que compromete o andamento da contratação.

Nesse sentido, a não suspensão da sessão, ainda que em desconformidade com a Lei e com o Edital, e a consequente realização do ato, dará como concluída a fase de lances, o que poderá acarretar futuros prejuízos, caso se verifique a reversão do resultado, razão pela qual se afirma estar presente o fundamento relevante para que se determine a suspensão da continuidade.

### 4. DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO:

(i) **Da Limitação da Competitividade Decorrente da Indicação de Marcas Específica.**

Conforme amplamente conhecido, as organizações interessadas em participar de uma licitação devem seguir regras embasadas na legislação, visando garantir a escolha da proposta mais benéfica para a Administração Pública. Dessa forma, é essencial respeitar os princípios estabelecidos para assegurar a equidade e a concorrência entre os licitantes, evitando qualquer tipo de protecionismo ou limitação da oferta de concorrentes.

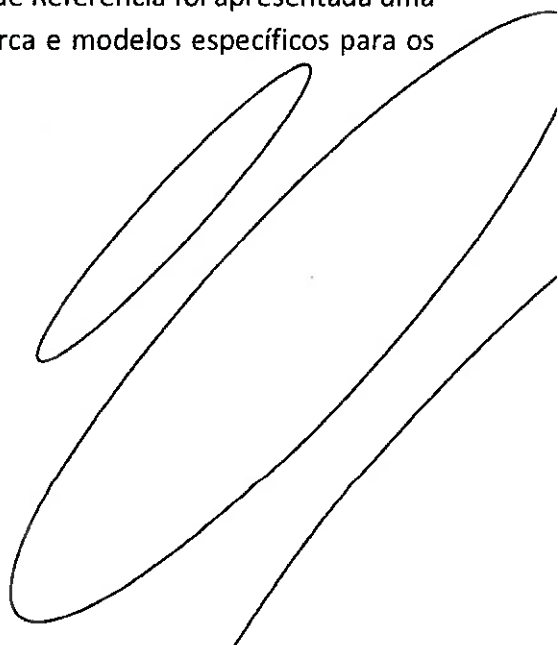
Outrossim, nas licitações, a competitividade desempenha um papel crucial na seleção da proposta mais benéfica pela Administração Pública, considerando principalmente o interesse coletivo, visto que há a expectativa de realizar um contrato vantajoso, no qual o contratado consiga cumprir o objeto de forma eficaz.

Sendo assim, aplicação do princípio da competitividade implica que o setor público precisa criar regras de contratação que incentivem a participação de mais concorrentes na disputa, com o objetivo de receber uma variedade de propostas, mantendo a qualidade necessária para a execução adequada do objeto em licitação.

Todavia, ao analisar o edital, no intuito de participar do certame, está impugnante observou que alguns pontos necessários para a efetiva e eficiente prestação de serviços estão dificultando a concorrência no presente edital.

Como se observa no processo licitatório, a Contratante indicou marcas e modelos específicos para os serviços de nuvem privada que serão contratados. De acordo com as informações prestadas, a solução de nuvem privada para virtualização de servidores deverá ser da plataforma do **fabricante VMware**.

Verifica-se que no item **4.4.11** do Termo de Referência foi apresentada uma justificativa genérica quanto a necessidade da indicação de marca e modelos específicos para os serviços de nuvem que será prestado para Contratante.



4.4.11.1 A presente justificativa detalha a necessidade de indicar marcas e modelos específicos para os serviços de nuvem privada que serão contratados pela Prefeitura de Maricá - PMM, em conformidade com as hipóteses previstas no artigo 41 da Lei 14.133/2021. A escolha criteriosa das soluções visa garantir a qualidade, eficiência, segurança e continuidade dos serviços prestados pelo data center da prefeitura.

Ao passo que, no item 4.4.11.2 do Termo de Referência, a Contratante apenas menciona que precisa manter a padronização da plataforma de virtualização com a fabricante VMware.

4.4.11.2 Plataforma de Virtualização de Servidores VMware - Necessidade de padronização da plataforma de virtualização com o VMware se configura como elemento essencial para garantir a continuidade e a preservação da compatibilidade (Art. 41, I, a). A solução de nuvem privada para virtualização de servidores deverá ser da plataforma do fabricante VMware. Isto, devido à necessidade de atendimentos a projetos internos com as aplicações e serviços já implementados no data center tradicional da Prefeitura de Maricá. Essa padronização estratégica oferece diversos benefícios, como a facilitação do gerenciamento de recursos virtuais e celeridade no solucionamento técnico de possíveis incidentes.

Neste caso, apesar de a legislação permitir que à Administração pública, em situações excepcionais, escolher uma ou mais marcas, ou modelos, essa escolha deve ser justificada adequadamente. Todavia, não há no processo de licitação razões plausíveis para tal decisão, exceto a necessidade de padronização.

O artigo 43 da nova lei de licitações, especifica o processo de padronização e seus requisitos:

**Art. 43.** O processo de padronização deverá conter:

- I - parecer técnico sobre o produto, considerados especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo e condições de manutenção e garantia;
- II - despacho motivado da autoridade superior, com a adoção do padrão;
- III - síntese da justificativa e descrição sucinta do padrão definido, divulgadas em sítio eletrônico oficial.



Nesse sentido, a padronização visa garantir maior consistência, considerando questões visuais, técnicas ou de desempenho, nas quais se busca "igualar, padronizar e estabelecer padrões", sendo aceitável sempre que for aconselhável ou tecnicamente possível. Essa ação é promovida para alcançar contratações eficazes e econômicas e **não deve ser usada para justificar a violação dos princípios de igualdade e competitividade inerentes aos processos de licitação.**

Nesse sentido, durante o processo de padronização é fundamental realizar a avaliação dos itens com a elaboração de um parecer técnico, o qual abordará as características técnicas e estéticas, o desempenho do produto, a revisão de contratos anteriores, os custos e as exigências de manutenção e garantia que serão requeridas do fornecedor.

**É importante destacar que a padronização deve demonstrar-se vantajosa para a Administração Pública; vantajosidade esta que deverá ser evidenciada no parecer técnico.**

Nesse sentido, destaca-se o Acórdão n. 2.829/2015 proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), Rel. Ministro Bruno Dantas, em que assim restou assentado no item 4 da Ementa:

4.A padronização, uma das hipóteses para eventual indicação de marca específica, é um instrumento dirigido a aquisições futuras e não pode ser realizada ao alvedrio da Administração, devendo ser precedida de procedimento específico, cuja escolha deve ser objetiva e técnica, fundamentada em estudos, laudos, perícias e pareceres que demonstrem as vantagens econômicas e a requerida satisfação do interesse público.

**A SÚMULA Nº 270**, aduz que em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificação. (Fundamento Legal - Lei 8.666/1993, artigo 15, inciso I).

**Assim, a padronização de itens deve ser embasada em argumentos de caráter técnico, sendo necessária a comprovação por meio de estudos, relatórios, análises e pareceres especializados. Essa prática não deve ser utilizada para que o gestor público expresse sua preferência pessoal por um produto específico ou marca.**

Portanto, deve-se iniciar um procedimento próprio para assegurar uma seleção pautada em critérios claros e técnicos. Essa escolha deve resultar em vantagens como a

diminuição de gastos para o órgão. É dever do gestor público demonstrar que a decisão de uniformizar um determinado item ou itens é a mais adequada em termos de conformidade, eficiência e eficácia para atender às necessidades públicas relacionadas às próximas contratações, o que **não** ocorreu no caso em apreço.

Essa constatação acarreta uma grande responsabilidade ao procedimento de licitação, pois a falta de adequação na elaboração do Termo de Referência, especialmente em relação à escolha de uma marca e fabricante específicos, pode resultar em uma anulação irreparável do processo, invalidando todo o trabalho realizado por essa Administração.

Diante desse contexto, com a devida vênia, o que se demonstra por meio da presente impugnação é que a justificativa de que a Prefeitura de Maricá, aponta para um suposto direcionamento a um produto de determinado fabricante.

Essa situação se mostra evidenciada sob ângulos diversos que, contudo, conduzem ao mesmo entendimento de que o objeto da licitação afronta a ampla competitividade.

Essa questão está relacionada às razões apresentadas no Termo de Referência, as quais parecem ignorar o fato de que, além da nuvem, a Prefeitura está adquirindo outros softwares/Hardware reunidos em uma única solução, sendo que existem vários concorrentes no mercado, fabricantes de soluções compatíveis com o objeto da licitação.

Outrossim, a **falta** de justificativa técnica para a escolha da solução, sem uma **comparação com outras opções disponíveis no mercado**, ou seja, não houve argumentação técnica que respaldasse essa decisão.

Apesar das condições mencionadas acima já serem o suficiente para tornar o Termo de Referência inapropriado e sem validade, é notório que ao se criar um ambiente que favorece exclusivamente um fabricante, fundamentado em uma suposição incerta, fica evidente que a concorrência, conforme divulgada, está influenciando o procedimento de maneira inadequada.

A escolha do fabricante, na forma como feita no Edital e Termo de Referência, desconsidera, de maneira expressa, o fato de haver no mercado tantas outras soluções que contemplam o objeto, o que denota, indubitavelmente, o direcionamento do presente certame a uma marca de preferência da Contratante.

Atenta, ainda mais, a ampla competitividade desse certame, o fato de justificar que a aquisição é decorrente da "necessidade de atendimento a projetos internos". Todavia,



como apresentado na fundamentação realização do pregão, a Prefeitura de Maricá tem enfrentado diversos desafios para cumprir sua missão principal, que é garantir o armazenamento de sistemas críticos e processar informações essenciais para manter a continuidade dos serviços públicos, diante das deficiências ocorridas nos últimos anos.

Ora, Sr. Pregoeiro frente a essa situação apresentada pela própria Administração, a recomendação de um fornecedor em particular vai de encontro ao objetivo desejado pela Prefeitura, que é garantir a constância no serviço público, promovendo melhorias para população.

Perceba que, mesmo havendo argumentos a favor da padronização, é incontestável que de acordo com os precedentes estabelecidos pelos tribunais de contas, a padronização não pode ser usada como justificativa para a indicação de uma marca específica.

Desta forma, de acordo com o entendimento jurisprudencial, somente será permitida a menção da marca se houver evidências de que o produto da marca especificada é o único que atende plenamente às demandas da Administração.

Acórdão 274/2020 – Plenário Sumário: REPRESENTAÇÃO. SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 24/2016, PROMOVIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE DEVIDO À INDICAÇÃO DE MARCA. PAGAMENTO ANTECIPADO SEM OBSERVÂNCIA DOS PRESSUPOSTOS NECESSÁRIOS. CONTRATAÇÃO DE LICENÇAS SEM NECESSIDADE. SOBREPREGO E SUPERFATURAMENTO. CONHECIMENTO. OITIVAS. REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE CONSTITUIÇÃO DE PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, APENSAMENTO.

[...]

**Princípio da padronização não justifica indicação de marca no caso concreto 53. Em relação à indicação de marca, o MTb reiterou que o DOD se ampara no princípio da padronização, previsto no art. 15, inciso I, da Lei 8.666/1993, alegando que o Ministério teria utilizado recentemente a solução BI MicroStrategy para a gestão de informações operacionais e estratégicas através de serviços realizados pelo Serpro.**

54. Acerca da questão, em instrução preliminar (peça 47, parágrafos 17-38), a Sefti esclareceu que a jurisprudência do TCU é contundente ao afirmar que a indicação de marca **só é admissível se ficar comprovado que é a única capaz de atender às necessidades da Administração** (Súmula 270, Acórdão 559/2017-TCU-Plenário, Relator: Ministro Benjamin Zymler, Acórdão 113/2016-TCU-2ª Câmara, Relatora: Ministra Ana Arraes e Acórdão 2.829/2015-TCU-Plenário, Relator: Ministro Bruno Dantas).

55. Também nessa linha, o Acórdão 248/2017-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, dispõe que, independentemente do objeto a ser contratado, a **opção pela padronização deve estar fundamentada em ampla pesquisa e comparação efetiva com alternativas existentes no mercado, não sendo suficiente a mera informação de que o órgão já utilizava determinado hardware e/ou software em seu ambiente.**

[...]

57. Além disso, como apontado em Relatório de Auditoria da CGU (peça 123, p. 107-111), o **estudo não avalia contratações de soluções similares já realizadas pelo órgão ou por outros órgãos/entidades da APF, e tampouco avalia diferentes soluções de BI disponíveis no mercado que atendessem aos requisitos da contratação, conforme prevê o art. 12, II, a) e c), da IN 04/2014/SLTI/MP.**

58. Ademais, a descrição da solução de TI, o ETP (peça 2, p. 55) já define qual solução deve ser contratada, e, a descrição das funcionalidades da solução mais se assemelham à propaganda da ferramenta do que a uma descrição imparcial que deve **nortear a escolha de solução a ser contratada**, como apontado pela Sefti em instrução prévia (peça 47, p. 4, parágrafo 23).

Não se aplica, portanto, o referido princípio no caso em questão. Isso ocorre porque não há uma justificativa técnica clara, nem foi demonstrada a necessidade real de adquirir em qualquer parte do documento de convocação.

Além disso, os precedentes dos tribunais não admitem que a justificativa seja aduzida de qualquer modo e em qualquer hipótese, pela mera remissão à eficiência proporcionada, em tese, pela otimização e simplificação, como pretende fazer a Administração.

O Superior Tribunal de Justiça já assentou que a opção pela prática da padronização, a despeito de suas inegáveis vantagens gerais, não libera o administrador do procedimento licitatório, nem justifica que este se pautar pela mera preferência por determinada marca como fator de direcionamento do certame (Apn 261/PB, Rel. Ministra ELIANA CALMON, CORTE ESPECIAL, julgado em 02/03/2005, DJ 05/12/2005, p. 197)

Nessa linha, para haver um processo público e transparente para validar a utilização do princípio de padronização como razão para indicar uma marca em uma licitação, sem que isso seja usado como forma de direcionar o processo, a administração deve definir de maneira clara e transparente as finalidades e critérios de padronização desejados, possibilitando que os cidadãos possam fiscalizar e garantir que as metas da padronização sejam atendidas.

Além disso, existem outras soluções disponíveis no mercado que podem atender totalmente ao objetivo desejado por essa Administração, quais sejam:

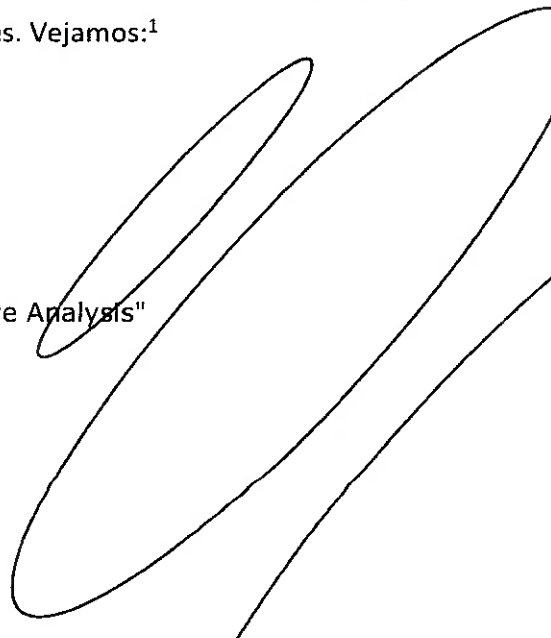
- (i) Proxmox VE;
- (ii) Microsoft Hyper-V;
- (iii) Xen Project;
- (iv) KVM (Kernel-based Virtual Machine);
- (v) Oracle VM VirtualBox;
- (vi) Red Hat Virtualization (RHV);
- (vii) Citrix Hypervisor (anteriormente XenServer);
- (viii) Entre outras.

Veja que, a virtualização é uma tecnologia essencial para a eficiência e flexibilidade da infraestrutura de TI nas organizações. O mercado oferece diversas opções de virtualização além da VMware, cada uma com características e vantagens distintas. A restrição ao uso exclusivo da VMware pode limitar a inovação, aumentar os custos e criar dependência de fornecedor.

Nesse sentido, importante tecer pontos técnicos com o fim de fundamentar quanto a possibilidade de contratação de outros fornecedores. Vejamos:<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Fontes de Consulta  
Ace Cloud Hosting  
The Cybersecurity Times  
InvGate Blog  
Channel Insider

MDPI: "Toward Optimal Virtualization: An Updated Comparative Analysis"



### (I) DIVERSIDADE E FLEXIBILIDADE DAS OPÇÕES DE VIRTUALIZAÇÃO:

**1. Custo-Benefício:** A VMware, embora renomada, possui altos custos de licenciamento que podem ser proibitivos para muitas organizações. Alternativas como Proxmox VE e KVM são soluções open-source que oferecem funcionalidades avançadas a um custo significativamente menor (Ace Cloud) (The Cybersecurity Times).

**2. Customização e Controle:** Soluções proprietárias como a VMware podem limitar a capacidade de customização. Em contraste, plataformas open-source como o Proxmox VE e o KVM permitem uma maior personalização, possibilitando ajustes específicos conforme as necessidades da organização (The Cybersecurity Times) (Channel Insider) (MDPI).

**3. Integração com Sistemas Existentes:** Muitas alternativas, como Red Hat Virtualization e SUSE Linux Enterprise Server, integram-se perfeitamente com ambientes Linux, sendo ideais para organizações que já utilizam essas tecnologias (Service Desk and ITSM Blog) (Channel Insider).

**4. Desempenho e Escalabilidade:** Soluções como o Nutanix Cloud Infrastructure e Citrix Hypervisor oferecem alto desempenho e escalabilidade. Estas plataformas são projetadas para suportar grandes volumes de trabalho com eficiência, superando, em alguns casos, as capacidades de VMware (Service Desk and ITSM Blog).

**5. Facilidade de Uso e Gerenciamento:** Embora a VMware ofereça uma gama extensa de funcionalidades, isso pode resultar em uma curva de aprendizado acentuada. Alternativas como Virtuozzo Hybrid Server e Ace Cloud Hosting são conhecidas por sua simplicidade de uso e gerenciamento intuitivo, facilitando a adoção e operação (Ace Cloud) (Service Desk and ITSM Blog).

**6. Evitar Dependência de Fornecedor:** A dependência excessiva de um único fornecedor (vendor lock-in) pode ser arriscada e custosa a longo prazo. A adoção de plataformas alternativas promove a independência e a capacidade de negociar melhores condições de serviço e suporte (The Cybersecurity Times) (Channel Insider).

### (II) ESTUDOS DE CASO E REFERÊNCIAS:

IEEE: "Comparison between common virtualization solutions"

Academia.edu: "Virtualization Technologies: Overview, Differences & Similarities"

Academia.edu: "A Comparative Study of Open Source Operating Systems for Virtualization"

Avenida Ipanema 165  
Alphaville, São Paulo - SP  
06472-002

megatelecom.com.br  
contato@megatelecom.com.br  
+55 2110 1000 | +55 11 0800 520 1000

**1. Pesquisa de Mercado:** Um estudo da MarketsandMarkets prevê um crescimento significativo no mercado de virtualização, destacando a diversificação das soluções e a crescente adoção de alternativas ao VMware, especialmente devido aos benefícios de custo e flexibilidade (The Cybersecurity Times).

**2. Adoção em Empresas:** Relatórios indicam que um número crescente de organizações está considerando a migração para alternativas ao VMware devido a fatores como desempenho, escalabilidade e custo. Um estudo da TechValidate revelou que 53% dos entrevistados estão considerando trocar o VMware por outra solução de virtualização (The Cybersecurity Times).

### (III) PROCESSOS E FERRAMENTAS DE MIGRAÇÃO:

**1. Ferramentas de Conversão:** Ferramentas como VMware vCenter Converter, StarWind V2V Converter e CloudEndure Migration facilitam a migração de VMs entre diferentes hipervisores, garantindo a integridade dos dados e a continuidade dos serviços (MDPI).

**2. Planejamento e Avaliação:** Um planejamento detalhado que inclui a avaliação das dependências e recursos das aplicações é essencial para o sucesso da migração. Estudos mostram que uma análise pré-migração pode identificar possíveis desafios e permitir a mitigação de riscos (MDPI).

**3. Testes e Validação:** Realizar testes extensivos antes da migração final ajuda a identificar e resolver problemas potenciais, garantindo que as aplicações funcionem corretamente no novo ambiente (MDPI).

### (IV) EXEMPLOS DE TAXA DE SUCESSO:

**1. Case Study - Large Financial Institution:** Um estudo da IEEE relatou a migração bem-sucedida de 500 VMs de VMware para KVM em uma grande instituição financeira. O projeto teve uma taxa de sucesso de 98%, com apenas pequenas interrupções durante o processo de migração (MDPI).

**2. Academic Research - Comparative Study:** Pesquisa publicada na MDPI analisou migrações de diversas plataformas, incluindo VMware, para alternativas como Proxmox VE e KVM. O estudo destacou uma taxa de sucesso superior a 95% para migrações bem planejadas e executadas utilizando ferramentas apropriadas (MDPI).



**3. Enterprise Migration - Healthcare Sector:** Uma migração de VMware para Nutanix Cloud Infrastructure em um grande hospital teve 100% de sucesso na transição de 200 VMs críticas, com zero perda de dados e continuidade total dos serviços clínicos (MDPI).

Ou seja, a exclusividade ao VMware pode **limitar a capacidade da organização de explorar soluções mais econômicas, flexíveis e eficientes**. Considerando as diversas alternativas disponíveis, é tecnicamente viável e vantajoso flexibilizar o uso de plataformas de virtualização para atender melhor às necessidades específicas da organização e promover uma infraestrutura de TI mais resiliente e inovadora.

Observe também, quanto às exigências apontadas de capacitação técnica, as quais estão voltadas para esse fabricante, dificultando ainda mais a livre concorrência.

**23.27** A Contratada deverá possuir um quadro de profissionais com as seguintes certificações:

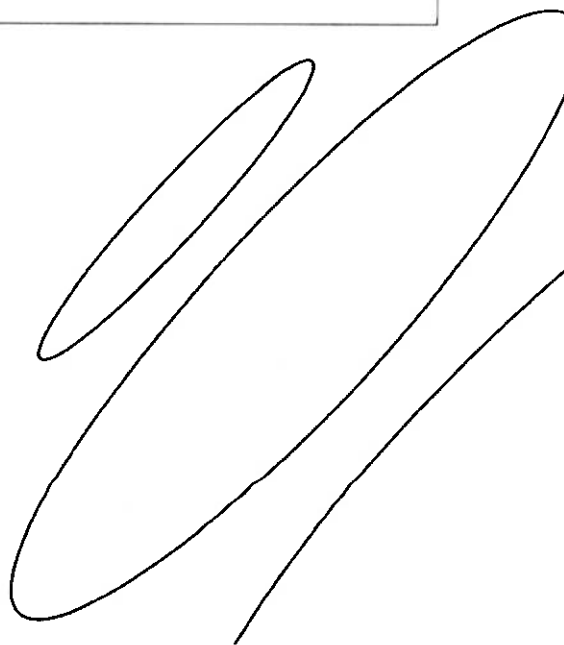
**23.27.1** Pelo menos um gerente de projetos com experiência comprovada e que possua no mínimo uma das seguintes certificações: Project Management Professional (PMP), Prince2 Practitioner Certificate in Project Management ou Professional Scrum Master I;

**23.27.2** Pelo menos um profissional VMware Certified Advanced Professional - data center Virtualization Design, ou superior;

**23.27.3** Pelo menos um profissional VMware Certified Advanced Professional - Networking, ou superior;

**23.27.4** Pelo menos dois profissionais com VMware Certified Professional nas categorias de data center Virtualization e Networking;

**23.27.5** Pelo menos um profissional com certificação oficial do fabricante da solução de backup ofertada a nível de arquiteto;





- 23.27.6** Pelo menos dois profissionais com certificação oficial do fabricante da solução de backup ofertada a nível de engenheiro;
- 23.27.7** Pelo menos um profissional com certificação Linux LPIC-1, LPIC-2 ou Red Hat Certified System Administrator;
- 23.27.8** Pelo menos dois profissionais com certificação Professional Cloud Architect Certification nas plataformas AWS, Google ou Azure;
- 23.27.9** Pelo menos um profissional com certificação em segurança ISO 27.000.
- 23.27.10** A Licitante deverá comprovar o vínculo de trabalho com os profissionais relacionados aos itens anteriores, o que poderá ser feito por meio do registro em Carteira de Trabalho, participação em Contrato Social da Empresa, Contrato de Trabalho por Tempo Determinado ou contrato de prestação de serviços na forma da legislação civil.

Diante disso, o propósito da atual impugnação, apesar de visar a proteção de direitos desta impugnante, é auxiliar a Administração na aquisição adequada de uma solução, com preço de mercado justo, com o intuito de atender adequadamente às necessidades desse setor.

**(ii) Da Garantia.**

O edital em seu item 20 instituiu o percentual de 2 % do valor total do contrato de R\$ 54.278.067,00 (cinquenta e quatro, milhões duzentos e setenta e oito mil sessenta e sete reais).

**20. GARANTIA**

20.1 - A empresa beneficiária do registro, quando convocada para a conclusão da contratação, prestará garantia de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, até o momento da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente, em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.2 - Será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos neste item.

Como se sabe, a atuação administrativa requer respeito aos valores da razoabilidade e proporcionalidade. A base do princípio da razão consiste em buscar a alternativa que melhor se alinha com as normas jurídicas vigentes e que, por conseguinte, parece mais adequada, considerando a prioridade da segurança aliada à justiça, que fundamenta o sistema jurídico.

Outrossim, impede destacar, ao mesmo tempo, em que a garantia representa segurança, no que se refere à boa execução do contrato, de outro lado, resulta, como regra, no **encarecimento** da contratação.

No mesmo prisma, igualmente importante lembrar que o oferecimento de garantia representa um valor que será agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência serão repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

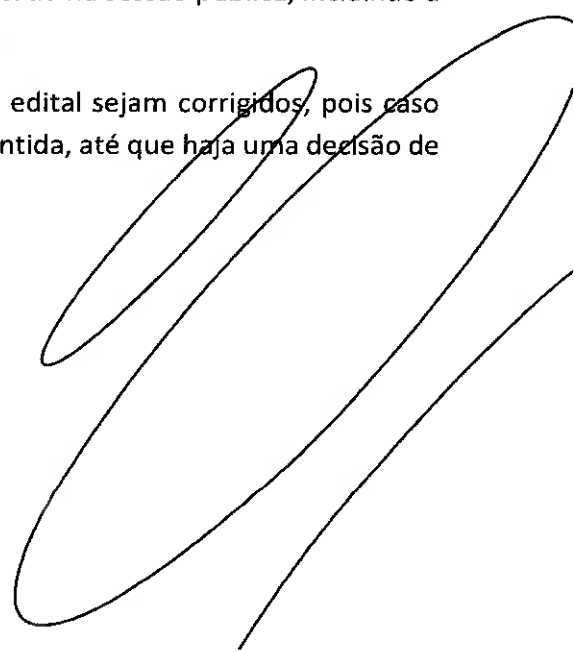
Desta feita, a apresentação de garantia no percentual proposto **não** é razoável considerando o valor total do contrato, razão pela qual se requer a modificação do item 20 do Edital e seus anexos, a fim de que a garantia requerida não seja equivalente ao percentual sugerido - 2% (dois por cento) do valor total do contrato, podendo ser levado em consideração o valor pago ou que o percentual exigido seja minorado.

## **5. DOS PEDIDOS:**

Em síntese, solicita-se a análise dos aspectos específicos contidos nesta impugnação, com a devida retificação do edital para evitar qualquer ilegalidade que possa prejudicar todo o processo que será iniciado.

Considerando que a sessão pública está marcada para o dia 08/08/2024, solicita-se que seja concedido **efeito suspensivo** a esta impugnação, adiando a mencionada sessão para uma data posterior à resolução dos problemas apresentados, considerado aos equívocos apontados no edital, o que resultaria no desperdício do trabalho realizado na sessão pública, incluindo a avaliação das propostas e dos documentos de habilitação.

É necessário que os erros apontados no edital sejam corrigidos, pois caso contrário a impugnação feita pela parte interessada deve ser mantida, até que haja uma decisão de anulação por parte da autoridade competente.





PREFEITURA DE MARICÁ  
Processo nº 19123/2024  
Data de Início: 06/08/24  
Rubrica: gub Fls: 17

Termos em que,  
Pede deferimento.  
São Paulo, 05 de agosto de 2024.

WESLEY RODRIGO  
PEREIRA  
LEAL:52014525153

Assinado de forma digital por  
WESLEY RODRIGO PEREIRA  
LEAL:52014525153  
Dados: 2024.08.05 16:31:47 -03'00'

**MEGATELECOM TELECOMUNICAÇÕES S/A**

Avenida Ipanema 165  
Alphaville, São Paulo - SP  
06472-002

megatelecom.com.br  
contato@megatelecom.com.br  
+55 2110 1000 | +55 11 0800 520 1000

JUCESP  
02 10 23



JUCESP PROTOCOLO  
2.575.720/23-0



PREFEITURA DE MARICÁ

Processo nº 19123/2024

Data de Início: 06/08/24

Rubrica: [assinatura] Fls: 18

**MEGATELECOM TELECOMUNICAÇÕES S.A.**

CNPJ nº. 03.170.027/0001-10

NIRE 35.300.187.521

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2023, ÀS 10:00 HORAS**

1. **DATA, HORÁRIO E LOCAL DA ASSEMBLEIA:** Realizada aos 18 (dezoito) dias do mês de setembro de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Ipanema, nº 165, salas 1801, 1802, 1803, 1815 e 1816, Edifício Monte Carlo 18 do Forte, CEP 06.472-002.

2. **PRESENÇA:** Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do Art. 124, §4º da Lei nº. 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada e em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"), de acordo com a assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas.

3. **MESA:** **Presidente:** Carlos Eduardo Soares de Moura e Sedeh; e  
**Secretário:** Eldes José Dias.

4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) aprovar a lavratura da Ata desta Assembleia na forma de sumário, com a omissão da assinatura dos Acionistas, nos termos do Art. 130, §1º, da Lei nº. 6.404/76; (ii) abertura de 3 novas filiais da Companhia, sendo uma delas no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, na Avenida Coronel José Soares Marcondes, Nº 983, Térreo e Conj. 101, Bairro do Bosque, CEP: 19.010-080; outra no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Avenida Bady Bassitt, 2966, Boa Vista, CEP 15015-700; e outra no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Castelo Branco, Nº 2525, Bairro Parque Industrial Lagoinha, CEP 14096-560; (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, já refletindo a deliberação tomada nos termos do item "(ii)"; (iv) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação das deliberações propostas e ora aprovadas pelos acionistas da Companhia.

[Assinaturas manuscritas]

JUCESP  
02 10 23

PREFEITURA DE MARICÁ  
Processo nº 19123/2024  
Data de Início: 06/08/24  
Rubrica: [assinatura] Fls: 19

5. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE DE VOTOS E SEM QUAISQUER**

**RESTRICÇÕES:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias, os Acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, resolveram aprovar:

(i) a lavratura da Ata desta Assembleia Geral Ordinária na forma de sumário, como faculta o Art. 130, §1º da Lei nº. 6.404/76, com a omissão das assinaturas dos Acionistas;

(ii) Aprovar a abertura de **3 novas filiais da Companhia**, sendo uma delas no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, na Avenida Coronel José Soares Marcondes, Nº 983, Térreo e Conj. 101, Bairro do Bosque, CEP: 19.010-080; outra no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Avenida Bady Bassitt, 2966, Boa Vista, CEP 15015-700; e outra no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Castelo Branco, Nº 2525, Bairro Parque Industrial Lagoinha, CEP 14096-560;

(ii).a. Em razão da deliberação tomada nos termos do item “(ii)” acima, o Artigo 2º - Parágrafo Único, já alterado, passará a vigorar com a seguinte redação:

*“Artigo 2º. Parágrafo Único: A sociedade possui as seguintes filiais:*

*Filial 1 - No Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, n.º 4800 – Conj. 201-A, Torre 3, Cidade Jardim, CEP: 05676-120, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 01.170.027/0002-00, NIRE nº 35.905.886.941;*

*Filial 2 - No Município de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua Castorina Bittencourt Alves nº 349, sala 02 Bloco B - Jardim Goiás, CEP: 74.810-370, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 01.170.027/0003-82, NIRE nº 52.901.640.461;*



JUCESP  
02 10 23

PREFEITURA DE MARICÁ  
Processo nº 19123/2024  
Data de Início: 06/08/24  
Rubrica: glf Fls: 20

*Filial 3 - No Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno, 6594 – Sala 701, 7º andar no Bairro Lourdes, CEP: 30110-044, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 01.170.027/0004-63, NIRE nº 31.920.085.844;*

*Filial 4 - No Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Juari, nº 447 no bairro Tamboré, CEP: 06460-090, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 03.170.027/0005-44, NIRE nº 35.906.579.677;*

*Filial 5 - No Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, na Avenida Coronel José Soares Marcondes, Nº 983, Térreo e Conj. 101, Bairro do Bosque, CEP: 19.010-080, (CNPJ em construção).*

*Filial 6 - No Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Avenida Bady Bassitt, 2966, Boa Vista, CEP 15015-700, (CNPJ em construção).*

*Filial 7 - No Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Castelo Branco, Nº 2525, Bairro Parque Industrial Lagoinha, CEP 14096-560, (CNPJ em construção).*

(iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, já refletindo a deliberação tomada nos termos do item “(ii)” acima, conforme Anexo I à presente ata.

(iv) a autorização da administração da Companhia a praticar todos e quaisquer atos que se fizerem necessários à efetivação e implementação das deliberações aprovadas pelos acionistas da Companhia nesta Assembleia.

6. **ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA:** Foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Barueri, 18 de setembro de 2023. Carlos Eduardo Soares de Moura e Sedeh - **Presidente**; Eldes José Dias - **Secretário**.



JUCESP  
02 10 23

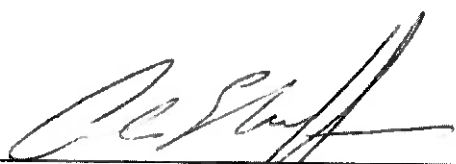
PREFEITURA DE MARICÁ


Processo nº 19123/2024

Data de Início: 06/08/24

Rubrica: gyl Fls: 21

Os Acionistas, Carlos Eduardo Soares de Moura e Sedeh, Luciana Cavalheiro Fleischner Alves de Queiroz, João Alves de Queiroz Filho e Herbeys Holdings S.A. - representada por Luciana Cavalheiro Fleischner Alves de Queiroz e Mariana Cavalheiro Alves de Queiroz, declaram e subscrevem que a presente certidão é cópia fiel da Ata Lavrada no livro de Atas de Assembleia da Companhia.

  
Carlos Eduardo Soares de Moura e Sedeh  
Presidente

  
Eldes José Dias  
Secretário



JUCESP  
08  
02 OUT 2023



u quotista, desenvolvimento e

DUCESP  
02 10 23

PREFEITURA DE MARICÁ  
Processo nº 19123/2024  
Data de Início: 06/08/24  
Rubrica: [assinatura] Fls: 24

licenciamento de programas de computadores customizáveis e não-customizáveis, consultoria em tecnologia da informação e treinamento em informática

### **Capital Social e Ações**

**Artigo 4º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.510.297,20 (dois milhões, quinhentos e dez mil, duzentos e noventa e sete reais e vinte centavos), dividido em 2.503.385 (dois milhões, quinhentos e três mil, trezentas e oitenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

**Artigo 5º.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável.

**Artigo 6º.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer Acionista, a Companhia emitirá certificados de ações, que poderão ser agrupados em títulos múltiplos, e, quando emitidos, serão assinados por 2 (dois) Diretores.

**Artigo 7º.** Por deliberação dos Acionistas que representem a maioria do capital da Companhia, em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, poderão ser criadas ações preferenciais nominativas, sem direito a voto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas, com as preferências e vantagens que lhes forem atribuídas na emissão.

### **Assembleia Geral de Acionistas**

**Artigo 8º.** As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei.

**Artigo 9º.** As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas.

[assinatura]

DUPLICATA  
02 10 23

Parágrafo Único. As deliberações em Assembleias de Acionistas deverão ser aprovadas por maioria dos presentes, exceção feita (i) aos casos específicos para os quais a Lei das Sociedades por Ações prevê quórum qualificado; e (ii) às deliberações para aprovação das seguintes matérias, que deverão ser aprovadas por acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social votante da companhia:

- (a) a autorização aos administradores da companhia para requererem autofalência ou apresentar requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial em nome da companhia;
- (b) a liquidação e a dissolução da companhia;
- (c) a realização de qualquer cessão em benefício de qualquer credor da companhia, no caso de insolvência da mesma;
- (d) a alteração do exercício fiscal da companhia, ou qualquer alteração na estrutura de capital da companhia;
- (e) a deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, bem como aprovação da distribuição de dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre capital próprio pela companhia;
- (f) a aprovação da subscrição, permuta, doação ou aquisição, a qualquer título, de participação societária representativa do capital de qualquer pessoa, no Brasil ou no exterior, independentemente do valor;
- (g) manifestação de voto a ser proferida pelos representantes legais da companhia em assembleia geral e/ou reunião de sócios de qualquer de suas subsidiárias, com relação às matérias listadas nos itens (a) a (f) acima.

Artigo 10. As Assembleias Gerais de Acionistas, Ordinárias ou Extraordinárias serão convocadas por qualquer Acionista e presididas pelo Acionista indicado entre os presentes que, por sua vez, deverá indicar o Secretário.

Administração da Companhia

[assinatura]



DIRECTOR  
02 10 23

PREFEITURA DE MARICÁ  
Processo nº 19123/2024  
Data de Início: 08/08/24  
Rubrica: [assinatura] Fls: 26

Artigo 11. A administração da Companhia compete à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções.

§ 1º. Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores.

§ 2º. A Assembleia Geral de Acionistas deverá estabelecer a remuneração total dos membros da Diretoria, cabendo a esta deliberar sobre a sua distribuição a seus membros.

### Diretoria

Artigo 12. A Diretoria será composta por 2 (dois) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e por esta destituíveis a qualquer tempo, para um mandato de 1 (um) ano, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Financeiro.

Parágrafo Único. No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser convocada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da vacância.

Artigo 13. Compete aos Diretores, sempre em conjunto, a representação da Companhia, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou no presente Estatuto Social.

Artigo 14. Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, compete em conjunto aos Diretores, ou a 1 (um) dos Diretores em conjunto com um procurador com poderes específicos para a prática dos seguintes atos:

(a) a abertura ou encerramento de novas filiais da companhia, assim como quaisquer modificações relacionadas a filiais já existentes;

(b) a aquisição, aluguel, licenciamento, transferência ou aquisição de quaisquer ativos, em uma única operação ou em operações relacionadas dentro de um período

[assinatura]



JUL 27  
02 10 23

de 12 (doze) meses imediatamente anterior à contratação, desde que envolvam quantias inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais);

(c) o aluguel ou a aquisição de imóveis, em uma única operação ou em operações relacionadas dentro de um período de 12 (doze) meses imediatamente anterior à contratação, desde que envolvam quantias inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais);

(d) qualquer notificação de término de acordo, bem como qualquer alteração significativa nos termos de acordos celebrados pela companhia, em uma única operação ou em operações relacionadas dentro de um período de 12 (doze) meses imediatamente anterior ao evento, desde que envolvam quantias inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais);

(e) a celebração de acordos no âmbito de processos judiciais, procedimentos administrativos ou arbitrais em que a companhia figure como parte até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais), a celebração de qualquer acordo acima desse valor ficará sujeita a prévia autorização da Assembleia Geral de Acionistas; e

(f) a celebração de acordos com autoridades fiscais até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais); a celebração de qualquer acordo acima desse valor ficará sujeita a prévia autorização da Assembleia Geral de Acionistas.

**Artigo 15.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral de Acionistas.

**Artigo 16.** As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer dos Diretores sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos presentes.

#### **Conselho Fiscal**

**Artigo 17.** O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável.

[assinatura]

JUCEF  
02 10 23

**Artigo 18.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei.

**Parágrafo Único.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger.

### **Exercício Social e Lucros**

**Artigo 19.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas.

**§ 1º.** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

**§ 2º.** Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Art. 202 da Lei 6.404/76.

**§ 3º.** O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável.

**§ 4º.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido.

**§ 5º.** Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

### **Liquidação**

**Artigo 20.** A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei. Sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante.



DUPLICATA  
00 10 20

### **Disposições Finais**

**Artigo 21.** A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do artigo 118 da Lei 6.404/76, conforme alterada.

**Artigo 22.** Em tudo o que for omissa o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições legais.

\*\*\*



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE: MEGATELECOM TELECOMUNICAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.170.027/0001-10, com sede na Avenida Ipanema, n.º 165, Salas 1801, 1802, 1803, 1815 e 1816, Edifício Monte Carlo, Empresarial 18 do Forte, Barueri – SP, CEP: 06.472-002, neste ato representada pelo diretor, **ELDES JOSÉ DIAS**, brasileiro, casado, diretor financeiro, devidamente inscrito sob o CPF/MF de n.º 692.959.568-34 e RG n.º 7.615.656-4 SSP/SP, residente e domiciliado em São Paulo – SP, na Rua Catarina Braida, n.º 359, Ap. 151, Bloco 3, Bairro Mooca, CEP: 03.169-030, e procurador **ROBERTO DE CASTRO AZUOLAS**, brasileiro, casado, administrador de empresas, devidamente inscrito sob o CPF/MF de n.º 072.674.298-82 e RG sob o n.º 17.821.563 SSP/SP, residente e domiciliado em São Paulo – SP, na Rua SB 34, Quadra 49, Lote 07, bairro Portal do Sol, Goiânia – Go, Cep 74.884-644.

**OUTORGADO: WESLEY RODRIGO PEREIRA LEAL**, brasileiro, casado, devidamente inscrito sob o e CPF n.º 520.145.251-53 e CI/RG sob o n.º 3132643-1061526 SSP-GO, residente e domiciliado em Goiânia – GO, na Rua Dona Firmina, s/n, Condomínio Monte Verde, Casa 29, Sítio Recreio Ipê.

**PODERES:** Por este instrumento de procuração, a OUTORGANTE, nomeia e constitui seu bastante procurador, o OUTORGADO acima qualificado, a quem confere amplos poderes para o fim especial de promover a participação da OUTORGANTE em licitações públicas, e para praticar os atos necessários em todas as modalidades de licitação, quais sejam: pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo, perante à Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual e Municipal. Conferindo-lhe poderes para concordar ou discordar dos termos do certame, assistir à aberturas de propostas, tomar decisões durante as fases licitatórias, negociar preços e demais condições contratuais, confessar, desistir ou firmar compromissos e acordos, desistir ou formular ofertas e lances de preços de forma verbal e eletrônica, aceitar e assinar declarações, propostas comerciais e atas, vistar documentos, receber notificações, desistir ou interpor recursos, formular e assinar impugnações, reclamações e protestos, apresentar pedidos de esclarecimentos, retirar nota de empenho, além disso, transigir, desistir e praticar todos os demais atos necessários ao cumprimento do presente mandato.

São Paulo - SP, 06 de março de 2024.

gov.br

Documento assinado digitalmente  
**ROBERTO DE CASTRO AZUOLAS**  
Data: 07/03/2024 10:14:01-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ELDES JOSE**  
**DIAS:69295956834**

Assinado de forma digital por  
**ELDES JOSE DIAS:69295956834**  
Dados: 2024.03.06 17:10:46  
+03'00'

**MEGATELECOM TELECOMUNICAÇÕES S.A.**